

PORTARIA N\xba 718/2016

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTI\u00c7A DO ESTADO DO TOCANTINS, no uso de suas atribui\u00e7ões legais, e com fulcro no art. 17, inciso X, alínea “g”, da Lei Complementar Estadual n\u00e9 51, combinado com o art. 58, III e arts. 66 a 76 da Lei Federal n\u00e9 8.666, de 21 de junho de 1993, e considerando o disposto no ATO/PGJ N\u00e9 024/2016, de 28 de março de 2016, publicado na edi\u00e7\u00e3o n\u00e9 12 do Di\u00e1rio Oficial Eletr\u00f4nico do M\u00ednisterio P\u00fablico do Estado do Tocantins, na data de 29 de mar\u00e7o de 2016;

RESOLVE:

Art. 1º DESIGNAR os servidores nominados para, sem preju\u00edzo de suas atribui\u00e7ões normais, exercerem os encargos de Fiscal T\u00e9cnico e Fiscal Administrativo, sendo o primeiro na condi\u00e7\u00e3o de titular e o segundo na condi\u00e7\u00e3o de substituto, para o caso de impedimento e afastamento legal do titular, dos contratos elencados a seguir:

Fiscal T\u00e9cnico e Administrativo	Substituto de Fiscal	N\u00famero dos Contratos	Objeto do Contrato
C\u00e9lio Sousa Rocha Matr\u00edcula n\u00e9 17697	Nilomar dos Santos Farias Matr\u00edcula n\u00e9 13093	057/2016	Constitui o objeto do presente contrato a prestação de servi\u00e7os de manuten\u00e7\u00e3o e suporte t\u00e9cnico dos equipamentos e softwares utilizados nos Sistemas de Monitoramento Legal de Telecomunica\u00e7\u00e3es – SISTEMA GUARDI\u00c3O , conforme proposta comercial DNE 28-1/2016.

Art. 2º As atribui\u00e7ões de gest\u00e3o e fiscaliza\u00e7\u00e3o dever\u00e3o ser desenvolvidas obedecendo aos dispositivos do ATO/PGJ N\u00e9 024/2016, de 28 de mar\u00e7o de 2016

PUBLIQUE-SE. CUMPRA-SE.

PROCURADORIA-GERAL DE JUSTI\u00C7A DO ESTADO DO TOCANTINS,
em Palmas, 19 de setembro de 2016.


CLENAV RENAUT DE MELO PEREIRA
Procurador-Geral de Justi\u00e7a